

FOI A PRIMAVERA ÁRABE UMA VERDADEIRA PRIMAVERA PARA AS MULHERES NA SÍRIA?¹

WAS THE ARAB SPRING A REAL SPRING FOR WOMEN IN SYRIA?

Afraa Ismael²

TRADUÇÃO DE RODRIGO BARROS GEWEHR

Resumo:

Nos últimos nove anos as mulheres sírias participam ativamente dos levantes populares chamados de “Primavera Árabe”. Para além da luta por reconhecimento de direitos fundamentais de uma sociedade democrática, tais como liberdade de expressão e de movimento, igualdade homens-mulheres, proteção social, a dignidade a mais elementar, trata-se de combate pelo fim de uma cidadania de segunda ordem, na qual elas sofrem a tal ponto marginalização e injustiça que se tornaram dificilmente suportáveis. Esta luta é tanto mais viva que as mulheres árabes não ganharam coisa alguma com a independência de seus países respectivos, apesar de sua participação nos movimentos independentistas. Este estudo busca compreender se as mulheres sírias, que denunciaram, juntamente com os homens, os dirigentes no poder para a conquista da democracia e por esta via a aquisição de grandes liberdades públicas e o fim de uma sociedade patriarcal, se elas viram suas esperanças se concretizarem, ou se, pelo contrário, a direção tomada não conduz mais a uma “Primavera Árabe” mas sim a um outono ou a um inverno árabe.

Palavras-chave:

mulheres, primavera árabe, sociedade patriarcal.

Abstract:

For the past nine years, Arab women have taken an active part in the popular uprisings known as “Arab Spring”. Beyond the struggle to ensure the fundamental rights of a democratic society (like freedom of expression and movement, gender equality, social protection) this situation is also a fight for the end of second-rate citizenship in which women suffer such marginalization and injustice that make it difficult to bear. This struggle is all the more poignant, as Arab women have gained nothing from the independence of their respective countries despite their participation in independence movements. This study aims to address whether Syrian women – who denounced, along with the men, the political leaders for the conquest of democracy, the acquisition of great public freedoms and the end of a patriarchal society, saw their hopes come true. Or, on the contrary, if the direction taken no longer leads to an “Arab Spring” but to an Arab Autumn or even an Arab Winter.

Keywords:

women, Arab spring, patriarchal society.

¹ Artigo recebido em 16/10/2020.

² Doutora em filosofia pela Universidade de Bordeaux 3 (2013). Professora da Faculdade de Letras e Ciências Humanas, departamento de Filosofia, na Universidade Tichrine, Lataquia, Síria.

1 Introdução

A guerra faz parte dos fenômenos que acompanham a humanidade desde suas origens. Ela não cessa jamais de se mostrar em todo seu horror: por detrás dos combates [*faits d'armes*], das atrocidades do campo de batalha e dos crimes monstruosos perpetrados contra civis, esconde-se uma outra realidade, a das mulheres (ALEXIEVITH, 2016). Uma realidade horrível, triste, mas demasiadas vezes ignorada, e isso por uma simples razão: é que desde a noite dos tempos a guerra é percebida como sendo o apanágio unicamente de homens; ela se faz entre homens, por homens, para homens, e é majoritariamente contada por homens (ALEXIEVITH, 2016), esquecendo-se com isso completamente que a guerra é uma grande provação para todos, sobretudo para as mulheres.

Como as outras sociedades árabes, a Síria vive segundo certos paradoxos. Este país, conhecido por sua estabilidade política e econômica por meio século, está há mais de nove anos transtornado por uma verdadeira guerra civil que abarca as dimensões política, religiosa, étnica, econômica e social.

Enquanto mulher síria engajada em questões afetas às mulheres do mundo árabe, sou particularmente atenta ao estatuto das mulheres numa parte do mundo onde o direito, as tradições e os costumes, bem como a religião, confirmam sua subordinação e as expõem a diferentes formas de violência patriarcal. Por isso penso que encontrar uma perspectiva feminista sobre a guerra é antes de mais situar a guerra no cerne de um sistema social de dominação e de exclusão em relação às mulheres, um sistema patriarcal no qual as mulheres são sempre consideradas como cidadãs de segunda ordem.

Hoje, mais de nove anos depois do levante popular, a “primavera árabe” se transformou em guerra civil. Ao olhar as imagens que mostravam mulheres desfilando nas ruas, frequentemente a despeito das legislações que interditavam ao povo o direito de se manifestar, a questão que coloco é a seguinte: onde estão agora as mulheres sírias? Estas mulheres – que denunciavam, junto com os homens, os dirigentes no poder, para reclamar o respeito a seus direitos fundamentais, a democracia, a liberdade política, bem como o fim de uma cultura patriarcal sufocante – estas mulheres lograram verdadeiramente pôr em questão a tradição, e obter igualdade de direitos com os homens, tanto no espaço privado quanto no público?

Noutros termos, a “primavera árabe”, que surgiu como um momento portador de expectativa e mudança, foi de fato emancipador para as mulheres na Síria? A “primavera árabe” foi uma verdadeira primavera ou antes um inverno para as mulheres na Síria?

No contexto deste estudo e antes de passar a uma análise das consequências da guerra sobre a mulher, almejo estabelecer um panorama [*faire le point*] sobre o envolvimento das mulheres na Síria durante esta guerra que abalou grandemente a dinâmica social e engendrou importantes transformações no seio da sociedade síria.

2 A atuação das mulheres sírias durante a guerra

Começo minha exposição a respeito das ações [*rôles*] das mulheres sírias durante este evento dramático por uma citação da historiadora francesa Françoise Thébaud, autora de textos fundamentais sobre a história das mulheres em período de guerra, na qual afirma: “as mulheres no tempo de guerra são também mulheres em guerra em todas as frentes” (THÉBAUD, 2013, p. 19). É exatamente o caso das mulheres na Síria durante esta guerra.

Com efeito, a guerra despachou os homens para a linha de frente. Muitas mulheres sírias – mães, esposas, irmãs, filhas, namoradas, são em geral afetadas por sua partida e [permanecem] muito angustiadas pela espera de notícias do front ou por retornos de licença. Muitas são as mulheres que conhecem a dor da separação definitiva de uma pessoa querida: pai, irmão, marido, filho; ou aquelas cujo esposo ou filho, quando voltam do front, estão a tal ponto marcados que elas não mais reconhecem o homem de antes. Muitos combatentes retornam machucados, por vezes mutilados, traumatizados psiquicamente. Quando de seu retorno, o sofrimento não é verdadeiramente reconhecido ou tratado. Eles devem assumir e enfrentar uma vida familiar muito difícil.

A isto acrescenta-se que, para além do fato de o lugar das mulheres na sociedade síria não ter evoluído, elas continuam a enfrentar, como de costume, numerosas discriminações. Apesar das inúmeras dificuldades que devem enfrentar por conta da ausência dos homens, um grupo muito importante de mulheres, tanto na cidade como no campo, pode demonstrar uma resiliência excepcional em todos os aspectos da vida. Elas lutam cotidianamente, engajam-se junto às suas comunidades, trabalham em todas as áreas – nos campos, nas fábricas e nos hospitais; por vezes exercem funções tradicionalmente ocupadas por homens, tais como condutoras de ônibus ou chofer de taxi ou trabalhos de construção – e isso para fazer viver o país, abastecer a linha de frente, suprir suas próprias necessidades, bem como às de suas crianças e das pessoas idosas da família. Outras mulheres demonstram ainda imensa coragem. Elas participam diretamente dos combates, pegaram em armas contra o Daesh, não apenas para defender o território do país, mas também para liberar-se da dominação masculina. Um engajamento como este

desafia a tradição e oferece às mulheres o lugar que merecem na sociedade.

É preciso não se esquecer também, que certas mulheres sírias concentram seus esforços sobretudo na ajuda humanitária, no suporte psicossocial a mulheres violentadas e crianças.

3 As consequências da guerra para as mulheres

Ainda que as consequências da guerra atinjam as comunidades sírias em seu conjunto, elas afetam particularmente as mulheres e as meninas [*filles*] (DE LARGE, 2017), por conta de seu estatuto social e de seu sexo. As partes implicadas nesta guerra, bem como a própria sociedade síria por suas tradições e costumes, estão frequentemente na origem das violências praticadas contra a mulher.

Estas violências – definidas como “todos os atos de violência dirigidos contra o sexo feminino, causando ou podendo causar nas mulheres prejuízo ou sofrimentos físicos, sexuais ou psicológicos, incluindo a ameaça de tais atos, a coerção ou a privação arbitrária da liberdade, seja na vida pública ou privada”³ (IMPE, 2019, p. 17) – estas violências podem assumir formas muito variadas: violência sexual, violência conjugal, casamento forçado de meninas menores de idade, mutilações sexuais femininas que respondem à necessidade de controle da sexualidade feminina por parte dos homens, e por fim o tráfico de seres humanos para servidão e exploração sexual. A isso posso ainda acrescentar uma outra forma de violência, uma forma patriarcal hoje específica às sociedades árabe-muçulmanas, a poligamia.

No presente estudo, gostaria de trazer alguns esclarecimentos sobre três formas de guerra silenciosa que se aproximam, no meu ponto de vista, a assassinatos psicológicos. São elas o estupro, o casamento forçado de meninas menores de idade e a poligamia.

4 O estupro, uma punição inevitável

O estupro permanece ainda como um dos grandes escândalos no que diz respeito aos direitos humanos. Três questões se impõem: Por que o estupro? O que se esconde por detrás deste ato sexual que se mantém como tabu? Por que as mulheres parecem obcecadas [*obsédées*] por este tema, tanto em tempos de paz como de guerra?

³ Cf. o artigo primeiro da declaração das Nações Unidas sobre o fim da violência contra as mulheres, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 1993.

Para responder a tais questões é importante compreender corretamente os resíduos socioculturais que de certa forma legitimam a violência contra as mulheres (RAVEN-ROBERTS, 2017). É também essencial analisar a concepção mesma do poder que exerce esta violência e, particularmente, estudá-lo do ponto de vista da sexualidade.

Com efeito, a violência sexual, que é cometida por homens contra as mulheres, coloca em cena um dos paradoxos mais brutais relativos à dominação masculina, à subordinação das mulheres na vida pública e privada e, por conseguinte, a seu estatuto social de segunda classe em todas as sociedades em geral, e especialmente no Oriente Médio.

De acordo com a tradição histórica judaico-cristã e também a tradição muçulmana, o ideal feminino é caracterizado pela submissão e pela castidade. No entanto, os homens querem exercer sua masculinidade por meio das mulheres. Desta forma, as proezas sexuais dos *machos* devem ser demonstradas ao restante da comunidade masculina como um modo de reivindicar esta virilidade, um dos principais elementos constitutivos do “homem verdadeiro”.

Este elemento permite precisamente explicar os casos de abusos sexuais exercidos contra as mulheres. De fato, a sociedade nos ensina que os machos são naturalmente programados para ceder a suas “pulsões” sexuais, as quais eles não podem dominar. Esta falta de controle é publicamente condenada, mas na realidade as fronteiras entre violência sexual e relação consentida são por vezes percebidas de modo bastante impreciso. Esta confusão responde a uma estratégia, sobretudo quando os agressores são homens conhecidos. É desta forma que a violência contra as mulheres, em geral, e a violência sexual em particular, acabam por ser toleradas, sobretudo quando elas são exercidas nos espaços privados.

De modo mais geral, se os estupros são a priori condenados, eles são, da mesma forma, apresentados como um evento perfeitamente previsível. Aliás, e na sequência do que acaba de ser exposto, gostaria de salientar um ponto importante: a maneira como as mulheres e as meninas moças, em sociedades conservadoras como a minha, aprendem a se vestir de forma recatada e a não sair de casa se não estão acompanhadas de um homem para protegê-las. Feministas de origens distintas, iraquianas e iranianas, fazem uma análise similar das tradições que exigem das mulheres que se cubram da cabeça aos pés para esconder seus corpos, fonte de provocação. Elas afirmam: “Nosso corpo e aquilo que somos é susceptível de engendrar a violência que pode ser exercida contra ele. Esses temores e essas culpabilidades são peculiares às mulheres e se refletem nestes discretos gestos “femininos” que devemos ser capazes de integrar perfeitamente, desde a infância,

à nossa maneira de ser” (CACHO, 2012, p. 233). Este medo do estupro que habita as mulheres não é, com efeito, um produto de sua imaginação, mas antes o resultado de suas experiências amargas. Este medo remete ao fato de que, apesar de todas as marcas que a violência imprime no corpo e na psique das vítimas, e em suas comunidades, tal violência permanece como uma realidade horrível, triste, mas muito frequentemente ignorada. Assim, é justo portanto concluir que nas sociedades heterossexistas, considera-se que a norma em termos de práticas sexuais consiste na relação entre um homem e uma mulher. No entanto, estas práticas sexuais mantêm as mulheres como objeto de discriminação, a sexualidade devendo ser compreendida como um sistema de poder que reflete, de modo tão evidente quanto sutil, as violências sexuais (CACHO, 2012).

Agora, e à luz do que acaba de ser exposto, surge a seguinte questão: se a vontade do machismo de mostrar seu poder e sua virilidade se apresenta como uma das causas principais da violência sexual contra as mulheres em tempos de paz, quais são então as razões da violência sexual em tempos de guerra? Até que ponto é justo afirmar que a violência sofrida pelas mulheres em tempos de guerra seria somente a manifestação mais dura, ou a tradução direta da discriminação e dos abusos aos quais as mulheres são vítimas em tempos de paz, bem como das relações desiguais de força que existem entre homens e mulheres na sociedade?

Para responder, início por esta citação da escritora e teórica feminista americana Cynthia H. Enloe: Quando os estrategistas militares imaginam que as mulheres formam a base da cultura do inimigo, [quando] definem as mulheres principalmente como cuidando dos filhos (...) e como sendo propriedade dos homens e símbolo de sua honra, [quando] imaginam que as comunidades residenciais repousam sobre o trabalho das mulheres, eles serão tentados a conceber uma operação militar em larga escala, que inclua a agressão sexual contra as mulheres por seus soldados (ENLOE, 1989 apud LEBEL-RACINE, 2011).

Estou muito distante de sustentar a tese que insiste na leitura biológica dos comportamentos do homem (DE LARGE, 2017) para explicar o estupro. Segundo esta tese, conforme o que foi dito acima, o *macho* é escravo de sua natureza biológica; logo, o estupro se inscreveria fortemente em suas estruturas biológicas, que permanecem relativamente controladas em tempos de paz.

No entanto, se se quer compreender melhor o estupro em tempos de guerra, é absolutamente necessário sair deste enquadramento, a fim de que se possa entender que este ato sexual em tempos de guerra convoca o imaginário de uma ideia social da mulher. As mulheres são neste caso um elemento do corpo nacional. Este aspecto avança para a dimensão sagrada da reprodução e ao corpo da mulher como santuário familiar.

Esta violência de gênero fala alto sobre a ordem dos sexos numa sociedade (BRANCHE; VIRGILI, 2011).

Eu especificaria que o sistema patriarcal de uma sociedade dominante legítima não somente o controle sexual dos homens sobre as mulheres mas também o acesso que têm a elas. É disso que se trata num sistema construído em grande parte pelas principais religiões, as quais tiveram uma influência considerável na elaboração do pensamento ao longo de toda a história da humanidade. E elas servem ainda de referência para as normas e regras sociais que dizem respeito ao comportamento apropriado a cada gênero, e às relações entre homens e mulheres. Compreende-se por esta via não somente o estupro em tempos de guerra, mas também o aumento de sua frequência [nestes acontecimentos]. Compreende-se também que o estupro está presente não como uma consequência da guerra, mas antes como um instrumento ativo de assujeitamento de indivíduos em tempos de guerra, como estratégia de controle social exacerbada quando de situações caóticas como a que a Síria enfrenta há nove anos. O estupro opera ainda como uma arma psicológica que permite instaurar um verdadeiro clima de pânico.

De origens étnicas e religiosas diferentes (curdas, assírias, armênias, muçulmanas, cristãs), um grupo muito considerável de mulheres sírias sofreram abusos da parte de combatentes de todos os campos, que consideram estas mulheres como alvos, como “despojo de guerra”, “moeda de troca”, “repouso do guerreiro”, ou ainda “campo de batalha” – seus corpos sendo identificados ao território inimigo. Elas são, em todo caso, rebaixadas à condição de objeto e percebidas como sendo propriedade dos homens. Neste contexto, Tina Sideris escreve: “... o estupro está enraizado no extremismo hutu como um instrumento de vingança étnica. Sendo simultaneamente um instrumento de tortura política estratégico visando a desmoralização e a humilhação do inimigo, ele [o estupro] reflete e engendra da mesma forma na identidade masculina hutu uma série de relações complexas entre os sexos, e isto independentemente do estatuto econômico dos homens” (SIDERIS, 2003, p. 721)⁴.

Para avançamos ao fundo desta reflexão, é importante que se compreenda o silêncio que geralmente cerca os estupros de mulheres. De fato, quando uma sociedade atribui uma importância bastante peculiar às normas e questões de honra, quando a honra da mulher nesta sociedade se resume ao controle de sua sexualidade, compreende-se melhor por que um número tão importante de mulheres sírias vítimas de violência acabam rejeitadas pela sociedade. Se por vezes a compaixão dos pais e da família se manifesta,

⁴ Ver também Lacroix e Sabbah (2007, p. 21).

permanece o temor do julgamento do grupo social ao qual a vítima pertence. Isso explica bem por que a maior parte das vítimas acabam excluídas de suas comunidades. Elas são rejeitadas por seus maridos, se casadas; privadas de suas crianças, se mães; traumatizadas pelo que sofreram, temerosas tanto de se deslocarem como de permanecerem prisioneiras nas próprias casas; por vezes casando-se com o primeiro que aparece a fim de apagar a desonra. Entre elas, há casos de suicídio ou de tentativas de suicídio, tamanho o desespero. Assim, a injustiça para as mulheres é dupla: ela é punida tanto pelos violadores quanto pela sociedade e pela comunidade à qual pertence.

É portanto bastante justo confirmar, com a historiadora francesa e especialista em violências em situação colonial Raphaëlle Branche, que o estupro não é somente um crime que mata, mas sobretudo um crime que deixa viver e que faz lamentar ter nascido. É um crime continuado, cujos efeitos destruidores se dão ao longo do tempo [*durée*], tais como a ameaça de gravidez e doença. O estupro é tão somente o início do crime. É um assassinato de gênero e a morte é por vezes uma resultante bastante doce (BRANCHE; VIRGILI, 2011).

Chegando agora ao termo deste estudo sobre o estupro em tempos de guerra, gostaria de concluir dizendo que este ato sexual se constitui sobre as relações de gênero preexistentes na sociedade síria e, por conseguinte, sobre suas dinâmicas socioculturais. O que faz do estupro um instrumento de guerra tão terrível e eficaz, é que ele incide diretamente no conceito de honra incarnado pelo corpo das mulheres.

Para avançarmos ainda nesta reflexão, posso dizer que os violadores somente operacionalizam sistemas que permitem a violência contra a mulher por meio da complexidade das desigualdades entre os sexos, das desigualdades de classe, das desigualdades raciais e étnicas. Em suma, é portanto justo afirmar que o estupro em tempos de guerra não é apenas uma marca da dominação masculina, mas também o produto do conjunto de violências sociais, étnicas e nacionais que transtornam a organização da sociedade e provocam uma destruição íntima em todos os níveis.

5 Casamento forçado de meninas menores de idade

É preciso reconhecer, logo de início, que o casamento precoce ou de crianças não é um fenômeno novo na Síria. Este fenômeno – que é a resultante da mentalidade patriarcal e que está bem enraizado nas tradições religiosas e culturais⁵ – era praticado antes da

5 Todas as religiões na Síria autorizam o casamento precoce, razão pela qual esta prática tornou-se uma

guerra, notadamente nas zonas rurais do norte e do sudeste da Síria, onde as perspectivas das mulheres são limitadas. De acordo com relatório apresentado pela UNICEF em 2011, 13% das mulheres sírias com idade entre 20 e 25 anos estavam casadas antes dos 18 anos⁶ (UNICEF, 2011 apud CARE INSIGHTS, 2011). No entanto, com a guerra e a precariedade econômica dos sírios refugiados dentro e fora da Síria, a desigualdade entre os sexos (existente desde sempre), e a falta de educação, este fenômeno ganhou uma proporção considerável e inquietante. Ele é utilizado hoje em dia como uma nova estratégia de sobrevivência, seja para atenuar as pressões financeiras que pesam sobre a família, seja como um meio de “proteger” a virgindade e a honra da menina e, por extensão, a reputação da família (SALVE THE CHILDREN, 2014; CARE INSIGHTS, 2011).

Aqui é importante chamar atenção para um ponto crucial ligado à questão da virgindade e da honra da família na sociedade síria. A perda da virgindade da jovem menina antes do casamento pode dar lugar a crimes de honra e, por vezes, a represálias atrozes contra os responsáveis, mas também contra as próprias meninas⁷.

Com efeito, esta questão não tem necessariamente uma explicação religiosa, uma vez que ela diz respeito tanto a cristãos como a muçulmanos, as duas comunidades insistindo na preservação da virgindade. Pois na maior parte das tradições locais, a virgindade é associada à pureza feminina; e no imaginário popular ela é o símbolo da inocência salvaguardada. Os homens se vangloriam de serem “os primeiros”, e esta primazia de acesso é percebida, em si, como uma fonte de satisfação sexual. Para a mulher, permanecer virgem significa igualmente a garantia de um casamento sob os melhores auspícios, e em seguida a segurança do respeito conjugal (GUIDÈRE, 2013).

Retomando nossa discussão sobre o casamento de crianças, gostaria de salientar um ponto muito importante: é que com a mentalidade patriarcal dominante na sociedade síria, a desigualdade entre os sexos está aqui claramente em questão. Em primeiro lugar, o valor da virgindade, defendido na sociedade oriental desde a noite dos tempos, não é imposta da mesma forma às mulheres e aos homens. A virgindade dos meninos é desvalorizada, ela é considerada como uma falta de virilidade, enquanto que para as meninas não se trata de

tradição, ou ao menos é aceita culturalmente. Para a população muçulmana, majoritária na Síria, a idade mínima requerida para o casamento é de 18 anos para os meninos e 17 para as meninas. O casamento precoce é todavia admitido se autorizado pelo tutor da criança. Neste caso, a idade mínima é de 15 anos para os meninos e de 13 para as meninas. Para maiores detalhes sobre esta questão, Cf. Yagi (2018).

⁶ Ver também Khalifa (2015).

⁷ Muitas mulheres na Síria são assassinadas em nome da honra da família, e em razão dos artigos 548 e 192 do Código Penal, seus assassinos recebem, no máximo, entre três meses e três anos de prisão.

uma falta de feminilidade; pelo contrário, é uma garantia para o casamento e para a família (EL SAADAWI, 1969). Em seguida, as preocupações apresentadas acima para justificar o casamento precoce aplicam-se raramente aos meninos e jovens, e isto pela única razão de que meninas e mulheres têm sempre um estatuto inferior ao dos homens, seja em tempos de guerra ou de paz. As meninas se casam muito jovens pois são consideradas como um peso para a família, e seu bem estar não é uma prioridade.

Eu gostaria de pôr em evidência agora o impacto para as meninas do casamento precoce ou de crianças. As jovens meninas enfrentam com dificuldades este casamento precoce: complicações durante a gravidez e parto; violências de todos os gêneros (sexual, física e emocional) às quais são submetidas por seu cônjuge; educação e oportunidades econômicas limitadas; bem como pouca liberdade e ocasião de socializarem com crianças da mesma idade. O casamento precoce priva estas jovens meninas da oportunidade de serem consideradas em pé de igualdade com o sexo masculino e de crescerem de maneira sã. A isto acrescenta-se que alguns destes casamentos são de curta duração e não registrados. Tal situação deixa estas jovens meninas com pouca proteção para elas mesmas e para suas crianças. As jovens divorciadas, sobretudo nos campos de refugiados, são estigmatizadas em suas comunidades, o que gera consequências nefastas para seu bem estar psicológico.

6 A poligamia

Ainda que a monogamia seja a regra geral na Síria, a poligamia já existia na sociedade antes da guerra. Esta prática varia de acordo com os contextos religioso, de costumes, cultural e socioeconômico. Ademais, este fenômeno seria um pouco mais difundido no campo do que na cidade, e entre os grupos menos instruídos e mais conservadores. É também mais frequente quando a diferença de idade entre os cônjuges é grande. Além disso, é importante assinalar que esta prática costumava ser pouco difundida, as uniões poligâmicas representando apenas 5% dos casamentos registrados antes de 2010⁸, contra 30% em 2015.

Quando se busca compreender as razões deste aumento, vemos que, apoiando-se nas revelações religiosas⁹, elas nos mostram que a poligamia preencheria diversas funções

⁸ Cf. Taha (2016, p.118).

⁹ É importante notar que as revelações que remetem à poligamia surgiram tão somente após a batalha de *Uhad*, na qual pereceram mais de 10% da população masculina muçulmana, o que deixou muitas viúvas e órfãos vulneráveis. Cf. Khaliq (1995, p. 31).

relativas às mulheres e à família: inicialmente uma função de proteção, em função dos numerosos mortos de guerra, sobretudo homens. As mulheres perdem seus maridos e se encontram sozinhas como chefe de família sem ter renda assegurada. A poligamia constituiria então uma proteção dos órfãos e viúvas.

A segunda função preenchida pela poligamia seria a de suporte. No curso destes dez anos de guerra e em função do desaparecimento de um segmento substancial da população masculina, tornar-se segunda ou terceira esposa não seria apenas uma escolha para viúvas mas também para mulheres jovens. Como podemos compreender este argumento?

Para responder a esta questão, posso dizer que quando a sociedade prepara as mulheres para seu “destino” social, ou seja para o casamento e a formação de uma família, o temor de não encontrar um marido é em geral muito frequente. Permanecer solteira é uma anomalia que engendra o desprezo: os preconceitos são muito duros em relação às “solteironas”. Desta forma, o desaparecimento massivo de jovens solteiros faz surgir a ameaça de uma nação estéril dominada por contingentes de solteironas¹⁰ que não conseguiram encontrar marido. Logo, para evitar o risco de uma nação estéril, é preciso encorajar os homens a ter uma segunda esposa, como o propõe o juiz Mahmoud Al-Maarawi – chefe dos tribunais religiosos que administram o registro civil na Síria.

Segundo este juiz, para resolver o problema do celibato forçado das jovens mulheres, que representa atualmente 70% das mulheres jovens¹¹, a poligamia seria a melhor solução. Ele explica em sua declaração à *Agence France Presse*: “Muitos homens morreram, ou estão desaparecidos ou emigraram. Há portanto mais mulheres que homens e a solução do ponto de vista legal e religioso é a poligamia”.

Com efeito, buscando compreender as origens desta atitude patriarcal, vemos que ela remonta uma vez mais à discriminação, à desigualdade dos sexos e à inferioridade da mulher na sociedade síria em quase todos os espaços fora de casa. São os homens que administram o mundo, enquanto as mulheres teriam a tentação de se consagrar inteiramente ao casamento e às crianças, mesmo sob pena de limitar sua liberdade. Como bem explica Simone de Beauvoir em sua obra magistral *O segundo sexo*, esta situação remete ao fato de que a mulher não se sente capaz, ou não deseja permanecer solteira por razões econômicas e sobretudo sociais. A sociedade, os pais, a religião reafirmam

¹⁰ De acordo com Tishreen, um jornal estatal sírio. Sem contar os homens que combatem e aqueles que imigraram, 65% dos sírios são mulheres e 35% homens.

¹¹ De acordo com estatística publicada por Al-Baath, um jornal estatal sírio, em 2019.

constantemente às mulheres que elas são inferiores aos homens e que deverão ter um marido.

7 Conclusão

Chegado ao termo deste estudo, gostaria de concluir afirmando que a “primavera árabe” de forma alguma liberou a mulher síria e afirmou pelo contrário uma nova emergência dos homens. A “primavera árabe” foi um inverno para as mulheres sírias. É preciso militar por uma nova masculinidade na qual os homens aceitem uma relação de igualdade com as mulheres. É preciso militar por um novo tipo de homem, que não tenha necessidade de submeter a mulher para afirmar sua masculinidade. Neste sentido, a educação é fundamental e a responsabilidade das mulheres considerável. São elas que educam meninos e meninas, são elas que têm o poder de não transmitir, a meninos e a meninas, os estereótipos patriarcais. É preciso parar de ser as primeiras cúmplices do machismo dominante em nossa sociedade. Por esta via, somos todas chamadas a confirmar nossa rejeição absoluta à auto-vitimização da mulher.

Referências

ALEXIEVITH, S. **ليس للحرب وجه أنثوي** [A guerra não tem um rosto de mulher]. Tradução do russo para o árabe: Nizar Yeux Noirs. Damas: Mamdouh Eudwane, 2016.

BRANCHE, R.; VIRGILI, F. **Viol en temps de guerre**. Paris: Payot, 2011.

CACHO, L. **Trafics de femmes**: enquête sur l’esclavage sexuel dans le monde. Paris: Nouveau Monde, 2012.

CARE INSIGHTS. **To protect Her Honor**: Child Marriage in Emergencies – the fatale confusion between protecting girls and sexual violence. **Care Insights**, jun. 2011. Disponível em: < <https://insights.careinternational.org.uk/publications/to-protect-her-honour-child-marriage-in-emergencies-the-fatal-confusion-between-protecting-girls-and-sexual-violence> >. Acesso em: outubro de 2020.

DE LARGE, P. **العنف الجنسي وصحة المرأة في الحرب** [A violência sexual e a saúde da mulher em tempos de guerra]. In: **المرأة والحرب** [As mulheres e a guerra]. Tradução do inglês para o árabe: Ruba Khaddam Aljamie. Damas: Alrahba, 2017.

EL SAADAWI, N. **La femme et le sexe**. Alexandrie: Almustaqbal, 1969.

ENLOE, C. H. **Bananas, Beaches, Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. Berkeley: University of California Press, 1989.

GUIDÈRE, M. **Sexe et Charia**. Monaco: Rocher, 2013.

IMPE, A. M. **Informar sur les violences à l'égard des filles et des femmes**. Paris: Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science, la culture, 2019.

KHALIFA, N. **مقارنة قانونية بين الدول العربية للقوانين التي تتعلق بسن الزواج**
[Uma comparação jurídica entre os países árabes para as leis relativas à idade do casamento]. Conferência regional em Beirute, outubro de 2015.

KHALIQ, U. Beyond the Veil? An analysis of the Provisions of the Women's convention in the Law as Stipulated in Shari'ah. **Buffalo Journal of International Law**, v. 2, n. 1, 1995. Acesso em: outubro de 2020.

LACROIX, M.; SABBAH, C. La violence sexuelle contre les femmes dans les pays en guerre et vivent des conflits ethniques: défis pour la pratique. **Reflets**, Ottawa, v. 13, n. 1, p. 18-40, 2007. Disponível em: < <https://www.erudit.org/fr/revues/ref/2007-v13-n1-ref1866/016811ar/> >. Acesso em: outubro de 2020.

LEBEL-RACINE, M. La guerre est l'affaire des hommes. **Regard Critique**, v. 6, n. 1, p. 4, fev. 2011. Disponível em: < <http://www.regardcritique.ca/article/la-guerre-est-l-affaire-des-hommes/> >. Acesso em: 12 de outubro de 2020.

RAVEN-ROBERTS, A. **المرأة والاقتصاد السياسي للحرب** [A mulher e a economia política da guerra]. In: **المرأة والحرب** [As mulheres e a guerra]. Tradução do inglês para o árabe: Ruba Khaddam Aljamie. Damas : Alrahba, 2017.

SAVE THE CHILDREN. **Too young to wed: The growing problem of child marriage among syrian girls in Jordan**. London: Save the children, 2014.

SIDERIS, T. War, gender and culture: Mozambican women refugee. **Social Science and Medicine**, n. 56, p. 713-724, 2003. Disponível em: < <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12560006/> >. Acesso em: outubro de 2020.

TAHA, Z. **Syrie**. Louvain-la-Neuve: De Boeck supérieur, 2016.

THÉBAUD, F. **Les femmes au temps de la guerre de 14**. Paris: Payot, 2013.

YAGI, N. دراسة ميدانية في مدينة جرمانا ظاهرة زواج القاصرات في ظل الأزمة السورية. **Tishreen University Journal for Research and Scientific Studies, Arts and Humanities Series**, v. 40, n. 3. 2018.